



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
DIVISÃO DE EXECUÇÃO, MANDADOS, PESQUISA E LEILÃO
Tv. Dom Pedro I, 750 - Térreo, Umarizal, Belém - Pará, 66050.100
(091) 4008.7254/ e-mail: cexec@trt8.jus.br

DATA: 18 de janeiro de 2024
LOCAL: Sala da Ecaiss do TRT8
HORA: 10h às 11h50

COORDENAÇÃO: DRª AMANACI GIANNACCINI
Juíza Diretora da Central de Execução

PRESENTES: Lista de presença anexa a esta ata

PAUTA: 1-Resultado do FORMULÁRIO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS, 2-ELEIÇÃO DE BOAS PRÁTICAS (Comunicado CR 01/2024), 3-SEMANA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, 4-PREVISÃO DE CURSO DE PENHORA E AVALIAÇÃO EM 2024 e 5-ENQUETE SOBRE ESCALA DE URGÊNCIA/PLANTÃO

ASSUNTO	ANDAMENTO
1-Abertura da reunião	A Dra. Amanaci abriu a reunião, parabenizando os oficiais de justiça e demais servidores pelos elogios que a Corregedoria fez à Central de Execução, na Correição Anual de 2023, e teceu igualmente elogios à atuação da Central, que ficam registrados nesta ata.
2-Resultado do FORMULÁRIO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS	A chefe da DIEMP, Ketiane Tavares da Silva, disse que ela e a Dra. Amanaci gostariam de ouvir os oficiais de justiça e demais servidores sobre falta de reconhecimento da chefia, a subutilização da capacidade criativa dos trabalhadores e o prolongamento da jornada de trabalho para a vida privada, que foram as questões mais apontadas na pesquisa de riscos psicossociais. Disse ainda que a intenção era trabalhar esses pontos, a fim de se fazer uma gestão mais compartilhada. O oficial Filipe disse que a falta de reconhecimento não era da chefia da Central de Execução, mas de forma geral, no que concordaram os oficiais André e Joel, foi dado como exemplo o valor das diárias dos oficiais, que já foi objeto de reunião com a Presidência. O oficial Filipe informou que há varas que enviam notificações tanto pelos Correios quanto por oficial, ao mesmo tempo, a oficiala Gabriela disse que o CEJUSC faz isso. A Dra. Amanaci disse que isso é um custo duplo para o TRT, que quando acontecesse isso, que era para os oficiais informarem a chefia para que fosse possível observar de fato o que está ocorrendo. A chefe da DIEMP disse que alguns apontaram mudanças repentinas na

ASSUNTO	ANDAMENTO
	<p>organização e explicou que, ao longo do ano, o CEJUSC fez algumas ações e não coordenou com a Central, que quando a Central percebia, tomava as providências necessárias, tendo feito vários improvisos para atender repentinamente grande quantidade de notificações urgentes; afirmou que este ano deve formalizar a questão, para que as ações sejam coordenadas, evitando ajustes de última hora. Quanto ao prolongamento da jornada de trabalho para a vida privada, a Dra. Amanaci disse que é preciso trabalhar limites; a chefe da DIEMP complementou que essa é uma dificuldade inerente a profissionais como o Oficial de Justiça, que têm o horário de trabalho "livre" e por vezes acabam não sabendo separar o tempo de trabalho da vida privada; a Dra. Amanaci também sugeriu que quem estivesse sentindo dificuldades poderia procurar auxílio com os setores competentes do TRT, que dispõe, inclusive, de psicóloga e assistente social. A oficiala Ivana disse que há recebimento de mandado sábado à noite, em feriados etc. A oficiala Gabriela sugeriu que o TRT fornecesse um telefone para os oficiais, acrescentou que há tribunais que dão tablet, que isso gera economia de papel, a chefe da DIEMP comentou a possibilidade do whatsapp business.</p>
<p>3-ELEIÇÃO DE BOAS PRÁTICAS (Comunicado CR 01/2024)</p>	<p>A chefe da DIEMP informou que, na Correição Anual de 2024, o setor deverá apresentar 02 (duas) boas práticas, então ficou estipulado que cada zona fará uma experiência dentro da sua área de trabalho e apresentará em junho, quando haverá uma reunião para tratar do assunto; disse ainda que é uma oportunidade de utilizar a capacidade criativa dos oficiais, trabalhando assim uma das questões apontadas no formulário de riscos psicossociais: a subutilização da capacidade criativa. Na oportunidade, como um exemplo de "boa prática", o Oficial Gilmar disse que, para suprir a falta de subzona como era na versão anterior do PJe, os oficiais da zona dele mantém comunicação direta para evitar que diligenciem no mesmo endereço. A Dra. Amanaci disse que está em tratativa o acesso na base do sistema do Tribunal de Justiça.</p>
<p>4-SEMANA OFICIAL DE JUSTIÇA,</p>	<p>A chefe da DIEMP informou que a Semana do Oficial de Justiça está prevista para os dias 20,21 e 22 de março e solicitou voluntários para a organização. Voluntariaram-se os(as) oficiais(las): Bárbara, Thieny, Ivana, André e Joel.</p>
<p>5-PREVISÃO DE CURSO DE PENHORA E AVALIAÇÃO EM 2024</p>	<p>A chefe da DIEMP informou que está em tratativa com a CODEP um curso com os autores do livro OFICIAL DE JUSTIÇA, ELEMENTOS PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, Marcelo Freitas e José Carlos Júnior, dirigido tanto aos novos oficiais quanto aos mais antigos, que no livro há vários modelos de certidão e autos, de forma a parametrizar procedimentos. Informou-se que, durante os leilões de 2023, os leiloeiros fizeram algumas</p>

ASSUNTO	ANDAMENTO
	<p>colocações quanto à avaliação de certos bens, que estariam acima do valor, os quais apresentam bastante dificuldade na venda, a Dra. Amanaci disse que escrever se o bem está (ou não) funcionando é fundamental, assim como a própria descrição dele. O Oficial Norberto disse que não há um retorno sobre a venda dos bens e os valores da arrematação, sendo definido que o setor de leilão deve enviar os relatórios de venda após os leilões. A oficiala Bárbara disse que ajudaria a fazer uma diretiz do que vende em leilão, a Juíza Diretora também sugeriu uma oportunidade de conversar com os leiloeiros, que poderia ser uma "palestra" durante a Semana do Oficial.</p>
<p>6 - ENQUETE SOBRE ESCALA DE URGÊNCIA/PLANTÃO</p>	<p>Ficou definido que haverá uma enquete sobre a sugestão do oficial Norberto: revezamento diário, na zona de urgência, ou que cada zona ficasse responsável pelas urgências de sua área, havendo revezamento semanal dentro das zonas. O oficial Norberto disse que está vindo mandado de notificação para a Funtelpa, a Dra. Amanaci disse que, como a Procuradoria é que recebe via sistema esse tipo de mandado, fosse devolvido à Vara, diferentemente de outros mandados com objeto diverso deste. A Dra. Amanaci falou sobre a recomendação da Corregedoria quanto ao prazo de cumprimento dos mandados e que fosse verificado na SETIN a suspensão de prazo no recesso, no PJe.</p>

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada, sendo lavrada a respectiva ata pela Assistente da Divisão de Execução, Mandados, Pesquisa e Leilão, que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Exma. Juíza Diretora e demais membros.

As assinaturas serão substituídas pelos comprovantes de envio do e-mail aos presentes.